

MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: Desafios Sociais e Políticos¹

Maria Nezilda Cult²

RESUMO

As relações sociais presentes neste século são marcadas pela desregulamentação dos mercados, levado a efeito pela via da globalização e pela flexibilização dos processos produtivos e das relações de trabalho. As faces mais visíveis dizem respeito à crise do emprego e à fragilização da cobertura social que marcaram a década de 90 em todo mundo. Há um aumento da instabilidade para os trabalhadores, pois as transformações tecnológicas próprias do processo de acumulação de capital, mudam também o significado social do trabalho à medida que imprimem um caráter provisório a muitos postos de trabalho e ocupações no processo produtivo e organizacional e, conseqüentemente, nas posições delas decorrentes, denotando ausência de perspectiva e lugar seguro na sociedade.

Nesta conjuntura se constroem e recompõem ações coletivas com questões e demandas diferenciadas. Novos atores sociais emergem nas sociedades contemporâneas. A Economia Solidária pode ser vista por esta ótica, visto que a forma concreta de uma sociedade faz emergir determinados movimentos sociais, ou seja, eles nascem de uma dada condição estrutural. Os conflitos podem emergir e reemergir numa sociedade capitalista, visto que ela

¹ Texto aceito para apresentação no **IV Congresso Europeo CEISAL de Latinoamericanistas realizado de 4 a 7/07/2004 em Bratislava-República Eslovaca.**

² Professora do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá-UEM, integrante do Núcleo/Incubadora da UNITRABALHO na UEM e Doutoranda na FEUSP/São Paulo - Brasil. E-mail: Nezilda@terra.com.br

é dinâmica e que apesar de passar por períodos de crise, intimamente ligados a determinações econômicas e políticas, ela se modifica e se moderniza.

A Economia Solidária é, portanto, uma reação contemporânea, que ganha expressão e visibilidade no Brasil a partir da década de 80, onde o agir coletivo se coloca como uma alternativa possível para os atores sociais, que estão em sua grande maioria, excluídos do mercado de trabalho formal e do consumo. Nela eles se organizam pela via da solidariedade, trabalho coletivo e do reconhecimento de um ponto em comum: a busca de trabalho e renda. De modo geral, pode-se dizer que pessoas ou grupos se associam em empreendimentos solidários para compensarem, pela agregação de recursos que cada um dispõe, a ausência de direitos sociais e econômicos provocada pela concentração capitalista e insignificante crescimento econômico.

Um processo de organização coletiva como este, pode transformar o papel das mulheres na sociedade como a identidade a elas relacionada, apesar de não ser um movimento ou ação coletiva apenas de mulheres. Ampliando este olhar sobre a Economia Solidária e considerando as relações sociais de gênero, vemos algo interessante, que é a grande participação das mulheres e também a expressiva presença delas como dirigentes.

Entendemos que as experiências coletivas, em funções de liderança ou não, possibilitam reconhecimento e visibilidade às atividades das mulheres e a sua atuação ultrapassa a ação comumente a elas atribuída, de reivindicações sociais. Quebra-se, inclusive, a idéia de que as atividades na Economia Solidária são muito próximas do trabalho comunitário, tido como território das mulheres. São atividades de trabalho coletivo e solidário, mas não assistencialistas, ao contrário, trata-se de atividades produtivas geradoras de renda, como cooperativas e outros empreendimentos coletivos autogeridos industriais e comerciais, com forte presença das mulheres.

A expressividade das mulheres líderes neste campo, assim como a sua representatividade em setores tidos como masculinos (des)contrói a idéia assimilada socialmente da superioridade masculina nas atividades laborais geradoras de renda.

A atuação das mulheres na Economia Solidária a partir das atividades geradoras de renda, abre a elas um campo para que se tornem proprietárias

dos meios de produção, com as mesmas chances que os homens mediante a propriedade coletiva. A renda também é mais bem equacionada entre homens e mulheres, visto que a distribuição do excedente parte do princípio democrático de igualdade de direitos aos cooperados, no caso das cooperativas, independentemente do sexo. Nesse sentido, a Economia Solidária funciona como crítica a Economia Capitalista que se apropria da desigualdade de remuneração em vista do sexo.

No cotidiano do trabalho, pensamos que as mulheres humanizam mais estas relações, entendendo melhor as faltas, atrasos ou outros problemas, pelo seu modo de ser ou por melhor entender que no geral, a mulher trabalhadora também tem uma jornada doméstica e outras responsabilidades com a família que estão invariavelmente sob sua responsabilidade.

Enfim, com a propriedade coletiva dos meios de produção, a Economia Solidária propõe o rompimento com a divisão social do trabalho, visto que une proprietários dos meios de produção e o trabalhador, une ou diminui a distância entre trabalho manual e intelectual á partir da gestão democrática e trabalho coletivo e, nesta relação, não se coloca como estratégia, a divisão sexual do trabalho. As questões não se esgotam aqui, há muito ainda por questionar e investigar. Portanto, a Economia Solidária é um desafio num campo aberto de possibilidades.

Palavras-chave: gênero, mulheres, economia solidária, trabalho coletivo.

As relações sociais presentes neste século são marcadas pela desregulamentação dos mercados, levado a efeito pela via da globalização e pela flexibilização dos processos produtivos e das relações de trabalho. As faces mais visíveis desse momento dizem respeito à crise do emprego e à fragilização da cobertura social que marcaram a década de 90. Sem dúvida, este processo de desregulamentação e seus efeitos sociais são de maior amplitude em economias vulneráveis, como a brasileira, sujeitas aos ajustes

estruturais, visto que os mecanismos de proteção social não chegaram a configurar um estado de bem-estar.

Em nosso País temos visto perversos reflexos no mercado de trabalho, onde o resultado visível é a significativa taxa de desemprego e subemprego. Além do desemprego observa-se um importante movimento de precarização nas relações de trabalho, que pouco difere dos sintomas existentes nos países mais desenvolvidos, embora aqui amplie significativamente o número dos socialmente excluídos e deteriore ainda mais as condições de vida que já estavam muito distantes das economias centrais, onde a distribuição de riqueza é mais bem equacionada.

Portanto, o que temos visto de maneira geral, é o aumento da instabilidade para os trabalhadores, pois as transformações tecnológicas próprias do processo de acumulação de capital, mudam também o significado social do trabalho à medida que imprimem um caráter provisório a muitos postos de trabalho e ocupações no processo produtivo e organizacional e, conseqüentemente, nas posições delas decorrentes, denotando ausência de perspectiva e lugar seguro na sociedade. O processo de desenvolvimento globalizado do capitalismo que vem gerando crescente desemprego e aumentando a concentração de renda, desigualdade e exclusão social, é inerente ao modelo de desenvolvimento capitalista, que vem apenas tomando novas formas em períodos históricos diferentes. Hoje se fala de riqueza e pobreza em toda parte do sistema capitalista, crescendo mais a última. No Brasil em particular, o que se vê através da distribuição de renda é um alto grau de concentração e crescimento do desemprego e pobreza.

Na atual conjuntura econômica, social e política se constroem e recompõem ações coletivas com questões e demandas diferenciadas. Nesse processo de mutação novos atores sociais emergem nas sociedades contemporâneas. A Economia Solidária, eu entendo que pode ser vista por esta ótica, visto que a forma concreta de uma sociedade faz emergir determinados movimentos sociais, ou seja, eles nascem de uma dada condição estrutural. Melucci (1994:160), responde em entrevista, ao falar sobre a *rational choice*, que não ignora a condição estrutural, pois é preciso entender como os movimentos sociais “começaram e como eles chegaram a se tornar

organizações e a interagir com o sistema político” e que de outro modo, seria o mesmo que “jogar fora o bebê com a água do banho”. Os conflitos podem emergir e reemergir numa sociedade capitalista, visto que ela é dinâmica e que apesar de passar por períodos de crise, intimamente ligados a determinações econômicas e políticas, ela se modifica e se moderniza. Os conflitos podem tanto ter bases novas como carregar problemas do passado ainda não equacionados, que certamente pode ganhar a aparência de novo. Os movimentos sociais, conseqüentemente, reagem e respondem as mudanças. Sobre este ponto, Melucci (1994:161) diz que: “Nós não somente iremos testemunhar a reemergência de velhos conflitos como também novas versões de velhos conflitos que passarão a estar incluídos no moderno, no mais moderno ou mesmo no pós-moderno” e que, é preciso entender, decompondo as configurações históricas e empíricas, como o componente pós-moderno se articula com o pré-moderno, e como ambos se modificam nesta articulação. Desta maneira, a sociedade passa por processo de construção e reconstrução e nela, os movimentos sociais ou ações coletivas, podem ser vistas como processos de construção social da realidade. Além disso, quando se fala de movimentos sociais, é preciso ter em conta a perspectiva do conceito de identidade coletiva, defendida especialmente por Alberto Melucci, para análise das ações coletivas.

A economia solidária é uma reação contemporânea, onde o agir coletivo se coloca como uma alternativa possível para os atores sociais, que estão em sua grande maioria, excluídos do mercado de trabalho formal e do consumo. Nela eles se organizam pela via da solidariedade, trabalho coletivo e do reconhecimento de um ponto em comum: a busca de trabalho e renda. Ou seja, de modo geral, pode-se dizer que pessoas ou grupos se associam em empreendimentos solidários para compensarem, pela agregação de recursos que cada um dispõe, a ausência de direitos sociais e econômicos provocada pela concentração capitalista e insignificante crescimento econômico. O surgimento de tais empreendimentos é motivado, principalmente, como alternativa para assegurar trabalho e renda ameaçados ou inexistentes e também se soma a ela, a preocupação de favorecer uma distribuição equitativa da riqueza produzida no País.

Ações solidárias já estiveram presentes em outros momentos históricos da sociedade capitalista, que agora ressurgem num contexto socioeconômico que se modificou e se modernizou. Um bom exemplo é o caso das cooperativas de trabalhadores que surgem no século XIX, por conta dos resultados negativos do desenvolvimento da revolução industrial na Inglaterra. Sem nunca ter desaparecido totalmente, se fortalecem na atualidade e com elas, outras formas ou formas novas de engajamento coletivo surgem, visando a defesa de um objetivo comum. No Brasil, as iniciativas cooperativistas ganham expressão e visibilidade a partir da década de 80, como veremos com mais detalhes adiante. Como diz Melucci, citado por Vianna,

A latência é uma espécie de laboratório submerso da inovação, o qual permite experimentar novos modelos sociais, trocar significados e códigos sem muitas pressões sociais. Ela torna possível a visibilidade da ação porque a renova com a força da solidariedade e produz o quadro cultural que dá sentido às mobilizações (Vianna, 1999:49).

Portanto, nos parece que a economia solidária é uma ação coletiva que está construindo sua identidade coletiva, fruto da própria ação. Ela é muito heterogênea, visto que se compõe de atores oriundos de diversas áreas de conhecimento ou profissão, que se agregam em associações e cooperativas específicas ou clubes de troca, embora o motivo que os une, que leva ao projeto coletivo, seja um só. Segundo Vianna (1999:56),

Buscando elementos para a compreensão dos novos atores sociais e defendendo o conceito analítico de movimento social como distinto das demais formas de ação coletiva, Alain Toraine, Alessandro Pizzorno e Alberto Melucci ressaltam o reconhecimento e a identidade coletiva não como um dado, mas como fruto da própria ação que instaura o pertencimento mediante a elaboração coletiva de projetos e a constituição de vínculos.

Há no Brasil uma multiplicidade dispersa de práticas econômicas associativas que podem e devem interagir entre si, construindo inclusive redes solidárias. Nesse processo, a partir de práticas solidárias e de trabalho coletivo, novos princípios podem se processar. Entretanto, só por meio da própria participação na ação é que os atores constroem a identidade coletiva. Segundo Melucci, citado por Vianna (1999: 58), ao falar do desafio a ser enfrentado pelas sociedades contemporâneas quanto a relacionar e manter juntos elementos que carregam diferenças, diz que: “Esses processos sociais podem ou não formar um sujeito coletivo, mas a participação e a organização supõem, necessariamente, a identidade coletiva. Sua constituição só acontece no processo da ação, é no curso da ação que ela se conforma”. Nesse sentido, Dubar (1997:105), ao falar do papel da socialização na construção das identidades sociais e profissionais, diz que: “a identidade não é mais do que o *resultado simultaneamente estável e provisório, individual e coletivo, subjectivo e objectivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, em conjunto constroem os indivíduos e definem as instituições*”.

No caso da economia solidária, se faz necessário a valorização da identidade individual, visto que os atores nela engajados, são oriundos de um processo de exclusão e carregam um forte sentimento de menosprezo por si mesmo, que no processo participativo, é preciso ser trabalhado no sentido de este sentimento ser quebrado e eles se valorizarem enquanto indivíduos capazes e cidadãos. A desconfiança no outro e a insegurança é muito marcante. Como já apontado acima, a origem deste sentimento pode ser decorrente das atuais transformações estruturais que acaba gerando incertezas constantemente. É importante esse processo de socialização e nele, a possível construção da identidade coletiva, visto que pode reforçar nestes atores sociais a identidade individual tão necessária no processo de desenvolvimento da economia solidária e ao mesmo tempo, sentirem-se fortes e protegidos no coletivo. Nesse processo, segundo Blanco (1994:193), “*a una dinámica de proyección, individual y colectiva, del presente hacia el futuro*”. Nesse sentido, Melucci, citado por Viana (1999:52), “chega a propor a substituição do conceito de identidade pelo de *identizazione*, traduzido como

identização, com o objetivo de exprimir o caráter processual, auto-reflexivo e construído da definição de nós mesmos”.

ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária pode ser entendida, portanto, como sendo ações de resistência, nascida predominantemente, das camadas dos excluídos do mercado de trabalho. Trata-se de uma rede de iniciativas que busca fazer frente à crise da vida social por meio da geração de novas formas de produção, de trabalho e de gerar renda. Esta economia constitui-se em diversos ramos de pequenos empreendimentos, tais como cooperativas de trabalho e produção, associações de trabalhadores, empresas familiares e autogeridas e clubes de troca. Este último combina coletivamente reciprocidade e formas não monetárias de organização social. Todos compõem a chamada economia popular e solidária.

Economia solidária é um conceito utilizado hoje não só nas Américas, mas também nos países Europeus, com diversos entendimentos, mas carrega em comum, a idéia da solidariedade em contraposição ao individualismo, próprio do procedimento econômico nas sociedades capitalistas. Esta economia, no século XXI, tem como antecedente principal o cooperativismo operário que surgiu em reação a Revolução industrial durante o século XIX. Com os pensadores da época, foi se formando a filosofia que fundamenta o cooperativismo em todo o mundo. Destaca-se entre eles: Robert Owen (1771-1858), William King (1786-1865), Charles Fourier (1772-1837), Philippe Buchez (1796-1865) e Louis Blanc (1812-1882). É, substancialmente, uma filosofia do homem na sociedade em que vive, onde procura construir uma outra maneira de processar a economia, tendo base no trabalho e na distribuição eqüitativa do excedente adquirido e não na acumulação individual do dinheiro a partir da exploração do trabalho do outro.

O cooperativismo preocupou-se com o aprimoramento do ser humano nas suas dimensões econômicas, sociais e culturais. É um sistema de cooperação que aparece historicamente junto com o capitalismo, mas é

reconhecido como um sistema mais adequado, participativo, democrático e mais justo para atender às necessidades e os interesses específicos dos trabalhadores, por meio coletivo.

Portanto, o cooperativismo funcionou como um sistema e as cooperativas como a unidade econômica e espaço de convívio e transformações. A origem das cooperativas remonta 1760 na Inglaterra com os trabalhadores que fundaram moinhos de cereais em base cooperativa. Em 1769 vê-se a cooperativa de consumo dos tecelões de Fenwick e em 1795, a Oldham Co-operative Supply Company. Na França em 1823 já existiam 160 associações que darão origem depois as cooperativas operárias de produção. Entretanto, a primeira cooperativa moderna foi a de consumo, formada na Inglaterra em 1844 pelos 28 tecelões em Rochdale-Manchester, que nasce num contexto de capitalismo concorrencial e em defesa econômica dos trabalhadores. Com ela nascem os fundamentos da doutrina cooperativista vigentes ainda hoje, pautados nos seus princípios morais e de conduta, que orientaram a estrutura e as regras gerais que regulamentaram seu funcionamento, conhecido como o Estatuto da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale. De forma quase simultânea, surgiram também outros dois ramos de cooperação além do de consumo na Inglaterra, que foram os de crédito na Alemanha e o de Produção na França. As primeiras cooperativas de trabalho também surgiram na França e foi ali que apresentaram maior grau de desenvolvimento. Mais tarde elas aparecem na Itália e na Inglaterra.(Culti,2000:118-21).

No Brasil foram fundadas as primeiras cooperativas por volta de 1887, como a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista, em Campinas (SP) e a Sociedade Econômica Cooperativa dos Funcionários Públicos de Minas Gerais. Até 1930 o cooperativismo no Brasil caminhava muito lentamente. A crise econômica mundial estimulou a emergência de cooperativas, especialmente as agrícolas no sul do país e fez o governo se interessar pelo cooperativismo, considerando-o como instrumento de política agrícola. Foi a partir de 1932, com a implantação do Decreto nº 22.239, do governo Getúlio Vargas, que se regulamentou a organização e funcionamento das cooperativas, verificando-se nesta época, um surto relativamente

apreciável do cooperativismo brasileiro. A partir de 1945, o governo passa a oferecer vários incentivos materiais e fiscais às cooperativas e, em 1951, foi criado o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), extinto recentemente no governo Collor. A partir de 1966, o cooperativismo perde muitos incentivos fiscais e liberdades já conquistadas, levando ao fechamento de muitas cooperativas.(Schneider, 1982:31-2).

Apesar das dificuldades encontradas, o sistema cooperativo brasileiro apresentou um fortalecimento como setor relevante dentro da sociedade no governo Médici, com o Decreto-Lei 5.764 de dezembro de 1971, que regulou o funcionamento das cooperativas até hoje, e criou a OCB-Organização das Cooperativas Brasileiras, órgão nacional de representação das cooperativas de todos os ramos existentes no Brasil. A economia solidária no Brasil e nela, o sistema cooperativista e associativista popular, entendido como sendo aquelas formadas por trabalhadores no geral excluídos do mercado de trabalho, ganha visibilidade como alternativa econômica e social na década de 80, e espaço nas publicações acadêmicas a partir da segunda metade da década de 90.

Segundo Singer,

A economia solidária ressurge, de forma esparsa na década de 1980 e tomou impulso crescente a partir da segunda metade dos anos 1990. Ela resulta de movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990. (2000:25).

A economia no sistema capitalista é bastante eficiente na geração de riqueza, que por sua vez, gera também eficientemente, a pobreza. Enquanto parte das necessidades das pessoas são satisfeitas, a de outras ficam insatisfeitas, levando a uma precária qualidade de vida.

Nesse processo, as pessoas mesmo empobrecidas e excluídas do mercado de trabalho e consumo, pela necessidade de sobrevivência, buscam a sua valorização, a sua capacidade para trabalhar e empreender. Apesar de serem necessidades individuais e isoladas, elas ganham força e

expressividade e constituem-se na mais poderosa das forças com a solidariedade, criando vínculos de organização. É o povo excluído que tem tomado iniciativas com expectativas de satisfazer suas necessidades e abrir novos caminhos na vida, através do uso de suas próprias forças e recursos, associando-se a outros e organizando-se em grupos, associações e cooperativas ou outros empreendimentos de autogestão. São, portanto, organizações coletivas em defesa dos indivíduos enquanto cidadãos, moradores, consumidores e trabalhadores. As experiências de organizações econômicas populares que surgem dos excluídos ou mais pobres constituem uma iniciativa real em desenvolvimento. São formas econômicas solidárias nas quais o trabalho assume posição central.

A economia solidária é, portanto, uma economia que surge do povo, de maneira espontânea ou por indução de agentes externos que o apóiam, fazendo emergir o poder público, a iniciativa privada e uma gama variada de ONGs-Organizações não-governamentais sem fins lucrativos, que não correspondem às formas de comportamento tratadas pelas teorias econômicas convencionais. Na perspectiva de Singer (2000:7-28), a economia solidária é formada por uma constelação de formas democráticas e coletivas de produzir, distribuir, poupar e investir. Suas formas clássicas formadas por unidades produtivas autogestionárias datam do século passado. São as cooperativas de consumo, crédito e de produção. Segundo o citado autor, a economia solidária não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra em toda a sua evolução. Diz ainda que, “o modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadoria. Mas, na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos”.

Na busca de um melhor entendimento do que seja a economia solidária, encontramos outras abordagens. Para GAIGER (1999:25-6), nos empreendimentos de economia solidária se desenvolvem o sentido empresarial e o solidário. As iniciativas procuram obter níveis de acumulação e crescimento com estabilidade e viabilidade, através de planificação de investimentos baseados em uma racionalidade econômica, apoiada no mundo cooperativo. A força dos empreendimentos solidários consiste nas combinações dos espíritos

empresarial e solidário. Empresarial no sentido da busca de resultados por meio de uma ação planejada e pela otimização dos fatores produtivos, humanos e materiais. Solidário de maneira que a cooperação direcione uma racionalização econômica com efeitos e vantagens comparáveis às relações de trabalho assalariadas. O que diferencia estes empreendimentos é a busca de uma organização mais eficiente, através da cooperação e exploração do trabalho consorciado em benefício dos próprios produtores, distinguindo-se da racionalidade capitalista que não é solidária nem inclusiva e da solidariedade comunitária, à qual faltam instrumentos adequados para o desempenho econômico na sociedade contemporânea. Já Arruda (1998:13), alega existirem várias iniciativas para a construção de práticas e intercâmbios solidários ou formas alternativas e autogestionárias de organização, onde os trabalhadores são administradores coletivos ou empreendedores, sem deixar de serem trabalhadores. A importância do sistema reside no fato de não ter por base a exploração do trabalho de outros trabalhadores e que,

uma dupla estratégia de mercado é necessária: uma orientada para o mercado capitalista, onde a regra é a competição feroz e agressiva; a outra, com respeito ao mercado intercooperativo, que também chamamos de mercado solidário, no qual o desafio é criar sistemas e práticas comerciais baseadas na cooperação e na complementaridade, em vez da competição, e estabelecer sistemas de preço que eliminem a exploração do comprador/consumidor.

Não há ainda no Brasil, um recenseamento sistemático e abrangente sobre o total e os tipos de empreendimentos solidários existentes³. Entretanto,

³ Um levantamento amplo e inédito da economia solidária no Brasil foi realizado pela UNITRABALHO-Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho em seis Estados (SP, MG, DF, RS, CE e PA) com resultados ainda não publicados integralmente. Há um outro levantamento, realizado em 2001/02 oriundo do Projeto que envolveu a Rede de ITCPs e UNITRABALHO, chamado Projeto Incubadores 2001, financiado pela Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento-ICCO, finalizado em junho de 2002, que tinha como objetivo principal, sistematizar metodologia de incubagem em 23 incubadoras/Núcleos.

estudos e estimativas setoriais indicam um notável desenvolvimento de novos segmentos no cooperativismo, além do agropecuário e de consumo, como o de trabalho e serviços, com uma grande diversificação de iniciativas em regiões rurais e urbanas.

O processo de crescimento das cooperativas na década de 90 pode ser observado com os dados da OCB-Organização das Cooperativas Brasileiras. Em 1990, considerando todos os ramos⁴, os registros indicaram a existência de 3.440 cooperativas e em 12/2002 já eram 7.549. Dentre os 12 ramos de cooperativas existentes, a partir de 1996 as cooperativas de trabalho superaram numericamente todos os ramos, deixando em segundo, terceiro e quarto lugar, respectivamente, as cooperativas agropecuárias, de créditos e de saúde. De todos os ramos, apenas três apresentaram crescimento durante a década. As cooperativas de trabalho foram as que mais cresceram, seguidas pelas de saúde e de crédito, apresentando uma taxa de crescimento de 1990 a 2000 de 269%, 61,7% e 35% respectivamente. Mesmo considerando apenas a partir de 1996, quando separou as cooperativas de saúde das de trabalho, mantém-se a tendência, com uma taxa de crescimento no período de quatro anos de 178,8%. Em síntese, se depreende que as cooperativas de trabalho⁵ estão crescendo e ganhando espaço e importância no sistema cooperativista.

Como já indicado, apesar de não se dispor de dados abrangentes já publicados que possibilite dimensionar a economia solidária no Brasil, pode-se inferir que ela é representativa quando observamos o surgimento de espaços ou organizações agregadoras das atividades econômicas coletivas como a ANTEAG-Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas

Para as cooperativas, já existe em separado, o levantamento realizado pela OCB-Organização das Cooperativas Brasileiras.

⁴ Ramos considerados pela OCB até junho/2001: Agropecuário, Consumo, Infraestrutura, Educacional, Trabalho, Habitacional, Crédito, Saúde, Mineral, Produção, Turismo e Especial.

⁵ Dentre a totalidade dos ramos agregados pela OCB, as cooperativas de trabalho figuram como o sexto ramo que mais tem cooperados. Em junho de 2001, o total de cooperados do sistema como um todo era de 4.639.255 e, destes, 297.865 são das cooperativas de trabalho, muito próximo, inclusive, das cooperativas de saúde que apresentaram 300.855 cooperados. Ainda segundo os dados da OCB no mesmo período, as cooperativas de trabalho são o quinto ramo que mais oferece emprego, com um total de 6.993 empregados.

Autogestionárias⁶, o MST-Movimento dos Trabalhadores sem Terra⁷, as ITCPs-Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, Rede UNITRABALHO-Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho⁸, a ADS-Agencia de Desenvolvimento Solidário⁹, a FETRABALHO-Federação das Cooperativas de Trabalho¹⁰ entre outras, que aparecem diferenciando-se por Estados da Federação. Neste ano, assistimos também a criação em nível Federal de Governo, a Secretaria Nacional de Economia Solidária, visando formular e articular políticas de fomento à economia solidária. Estas entidades surgem da demanda crescente de trabalhadores que buscam formar pela via do coletivo, empreendimentos solidários, os quais estão se multiplicando em todo o País. Elas, por outro lado, desempenham um papel importante, à medida que se torna um espaço de troca de experiências em autogestão e autodeterminação na consolidação desses empreendimentos. Elas ajudam a consolidar estratégias para conectar empreendimentos solidários de produção, serviços, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações

⁶ A ANTEAG é um órgão de representação das empresas de autogestão, criada em 1994 e destinada à produção e à difusão de conhecimento e informação sobre processos gerenciais em um contexto multidisciplinar a serviço dos interesses dos trabalhadores em empresas autogeridas. A principal função da ANTEAG é estudar e acompanhar projetos para que sejam viáveis e possam manter o trabalho e renda dos trabalhadores. Bem como acompanhar e construir novos projetos, a partir de iniciativa pública ou popular. O trabalho da ANTEAG objetiva viabilizar projetos de autogestão. Se os trabalhadores estão dispostos a assumir o controle coletivo da empresa, ela desenvolve o projeto. A decisão é dos trabalhadores e a execução do projeto se dá em parceria com a ANTEAG. Nos últimos dez anos a ANTEAG esteve presente em 640 empresas em situação de falência ou pré-falimantar em diversas regiões do País

⁷ O MST surgiu formalmente em 1984, como organização de trabalhadores rurais, expulsos da terra ou sob ameaça de perde-las em função da expansão da mecanização e da grande agricultura empresarial e pecuária e também das expropriações decorrentes da construção da hidroelétrica de Itaipu, nos limites do Brasil com o Paraguai. Organizam-se em cooperativas para produzir.

⁸ ITCPs-Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, criadas em importantes Universidades públicas, hoje em torno de 14 incubadoras. Também a UNITRABALHO-Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho, assistem empreendimentos de trabalhadores através dos Núcleos Locais distribuídos hoje em 17 Universidades em todo o país. A Rede Unitrabalho como um todo, interliga atualmente 86 universidades e instituições de ensino superior, que se agrupam em sete regionais e seus respectivos Núcleos Locais multidisciplinares.

⁹ ADS-Agencia de Desenvolvimento Social, criada na segunda metade dos anos 90, formada com representação da CUT, DIEESE e UNITRABALHO.

¹⁰ FETRABALHO-Federação das Cooperativas de Trabalho que surgem em alguns Estados, como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais, até 1997.

populares que possibilitam um movimento de realimentação e crescimento conjunto auto-sustentável. Também desempenham um importante trabalho de educação e qualificação dos trabalhadores por meio dos cursos e seminários que propiciam ou oferecem, voltados à autogestão, solidariedade, trabalho coletivo, entre outros temas, que orientam suas ações, tanto no nível individual, coletivo como no social. Portanto, este movimento, de modo ainda modesto, parece buscar formas de gerar trabalho e renda de forma coletiva e solidária sem, entretanto, estar fora do sistema econômico capitalista.

MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Podemos perguntar, quem são estas pessoas que compõe a economia solidária? Obviamente, estamos falando de trabalhadores, mas cabe pela sua representatividade, uma investigação estratificada que busque mostrar a sua composição de forma mais detalhada investigando diversos pontos. Gênero é um deles. Existe uma relação social específica entre homens e mulheres que organiza a sociedade, mas que num processo de organização coletiva como este, pode transformar o papel das mulheres na sociedade como a identidade a elas relacionada, apesar de não ser um movimento ou ação coletiva apenas de mulheres. Ampliando este olhar sobre a economia solidária e considerando as relações sociais de gênero, vamos ver algo interessante, que é a grande participação das mulheres, que precisa ser mais e melhor investigado, e ver se neste movimento ou neste caso específico, há diferenças em relação ao mercado de trabalho quando se trata de empreendimentos de trabalho coletivo. Por certo há, visto que, nos empreendimentos que se formam, como as cooperativas, onde todos têm a mesma condição, o princípio organizativo é de igualdade de direitos deveres e ganhos de forma ampla e irrestrita, independentemente de serem homens ou mulheres. Há muito que investigar neste campo. Entretanto, aqui, vamos apenas demonstrar a participação quantitativa das mulheres e homens dentro da economia solidária, á partir de um levantamento que não tinha este foco, mas este dado foi também

adicionado no mapeamento que buscava estudar Metodologia de Incubagem dos empreendimentos de economia solidária em 23 incubadoras que formavam as duas redes (ITCPs/UNITRABALHO), totalizando 131 empreendimentos¹¹. Além deste levantamento, usarei também uma informação extraída do Banco de Dados da Organização das Cooperativas Brasileiras-OCB.

Tabela 1: NÚMERO DE COOPERADOS POR TIPO DE EMPREENDIMENTO

TIPOS DE ATIVIDADES	Cooperativas		Associações		Grupo Informal		TOTALGERAL			(% de Mulheres)
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Total	
Vigilância	38	2	10				48	2	50	4,0
Construção civil	22						22	0	22	0,0
Mototaxista	142	8					142	8	150	5,3
Serviço de Transporte	88	7			9	1	97	8	105	7,6
Serviços gerais/limpeza Mineiros	714	735			149	87	863	822	1685	48,8
Têxteis	56						56	0	56	0,0
Ferroviários	36	24					36	24	60	40,0
Caminhoneiros	23						23	0	23	0,0
Produtores de biscoitos	45						45	0	45	0,0
Artesanato, dança e musica	18	5					18	5	23	21,7
Oleiros	62	69	46	72	75	160	183	301	484	62,2
Serviços de reciclagem	27	3					27	3	30	10,0
Serviços de saúde	183	147			78	88	261	235	496	47,4
Serviços de alimentação	11	50					11	50	61	82,0
Confecções	18	2			43	22	61	24	85	28,2
Turismo e entretenimento	96	348	18	67	57	228	171	643	814	79,0
Ceramista	7	24			22	16	29	40	69	58,0
TOTAL	1.586	1.424	74	139	436	617	2.096	2.180	4.276	51,0
Agrícola agropecuária /	804	194	127	73	1.043	602	1.974	869	2.843	30,5

¹¹ Trata-se de informações tiradas de um Banco de Dados, oriundo do Projeto que envolveu a Rede de ITCPs e UNITRABALHO, chamado Projeto Incubadores 2001, financiado pela Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento-ICCO, finalizado em junho de 2002, que tinha como objetivo principal, sistematizar Metodologia de Incubação.

TOTAL GERAL	2.390	1.618	201	212	1.479	1.219	4.070	3.049	7.119	43,0
--------------------	--------------	--------------	------------	------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	-------------

Fonte: Banco de Dados Projeto “Incubadores 2001”. Elaboração da autora

Observando no total, percebe-se claramente, quando se trata das atividades urbanas, que o número de mulheres é superior aos dos homens, com uma participação de 51%. Ao agregar as atividades voltadas para a área rural, esta participação cai, ficando em 43%. Analisando a presença das mulheres em cada tipo de empreendimento na área urbana, as mulheres são em menor número só nas cooperativas, ficando com uma participação de 47,3%, apresenta 65,2% nas associações e 58,6% nos grupos informais. Ainda assim, nas cooperativas ficam bem próximo de ter uma participação igual (50%). Agregando o setor rural, elas se destacam apenas nas associações, ficando nos outros dois tipos em torno de 40%. Este predomínio das mulheres nas associações nas duas áreas (rural e urbana), é influenciado pelo fato de poucos ramos atuarem como associações, basicamente confecções e artesanato e apesar da presença do setor rural, nele as mulheres estão em menor número em relação aos homens. Nos grupos informais por ser maior a diversidade de atividades presentes, elas só são em menor número, nas atividades de serviços gerais/limpeza, serviços de alimentação, turismo/entretenimento e na agricultura/pecuária, por isso garante-lhes a maioria quando isolamos o setor rural. Considerando na totalidade de todas as atividades presentes, as mulheres se destacam como sendo em maior número em apenas cinco, que são: confecções, artesanato/dança e música, serviços de saúde, turismo e entretenimento e ceramistas. Pelo menos as duas primeiras são atividades caracteristicamente femininas. Ficam muito próximas as proporção dos homens nas atividades de serviços gerais/limpeza e serviços de reciclagem de lixo, sendo a de limpeza também considerada como mais própria das mulheres.

Poderíamos, num esforço analítico rápido e superficial, com base apenas nestas informações, dizer que as cooperativas são um tipo de empreendimento que necessariamente se estrutura com mais rigor em termos organizacionais e comerciais, e que sempre teve maior visibilidade como atividade masculina, em relação às associações e grupos informais. Na

economia solidária isto parece ser quebrado, visto que a proximidade de representação das mulheres em relação à participação dos homens é pequena. Além disso, ao olharmos aos dados da OCB (Banco de Dados-junho/2001), é expressiva a presença das mulheres como dirigentes, nas cooperativas de trabalho, dentre os ramos de cooperativas, como demonstrado abaixo.

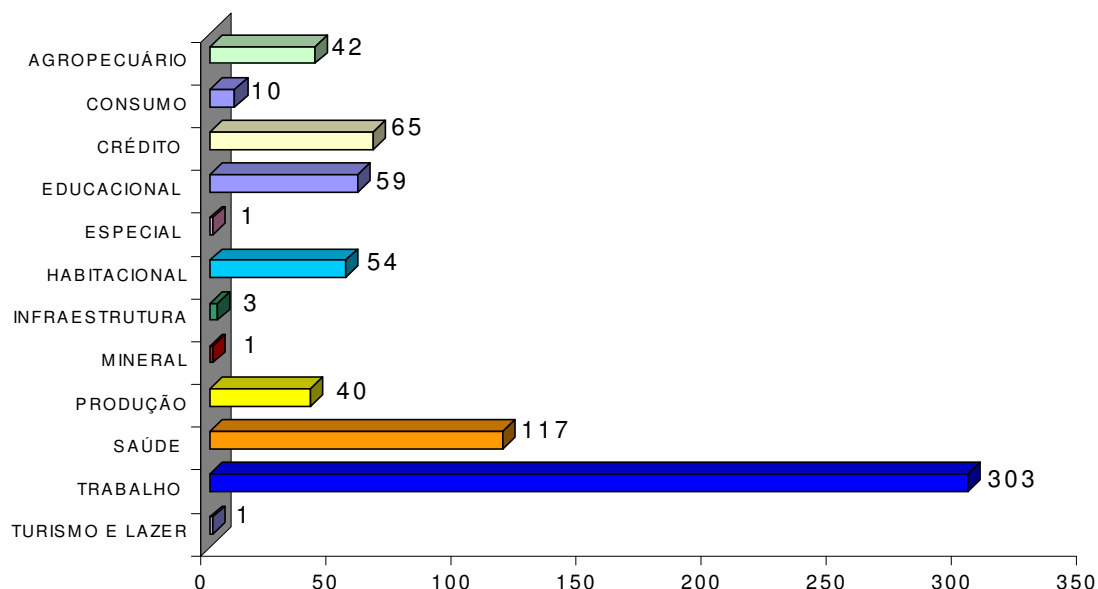


Gráfico 1: DIRIGENTES MULHERES POR RAMO

Considera-se também no sentido da iniciativa, participação e liderança das mulheres pertencentes à população pobre, a experiência conhecida mundialmente desenvolvida em Bangladesh, um dos países mais desfavorecidos da Ásia, onde em 1976, o professor de economia Muhammad Yunus (2002), iniciou um movimento com a criação do Banco *Grameen*, que priorizou o microcrédito, acreditou na força e liderança das mulheres, sendo hoje um modelo que se expandiu para muitos países. Este dado demonstra que a esfera financeira não é apenas campo de atuação de empreendedor, mas também de empreendedora.

Serve para ilustrar o que estamos tratando nesta parte do trabalho, um outro dado recente levantado em pesquisa junto a Associação dos Artesãos de Maringá, no Estado do Paraná (Souza, 2003: 34-5). Nela foi encontrado que,

do total de 120 artesãos que compõe a associação, 73 são artesãs, ou seja, representam 61% dos membros.

Tudo isso, nos mostra a magnitude e importância da atuação das mulheres e o seu modo de ser e agir, que ultrapassa a ação comumente a elas atribuída de reivindicações sociais. Estas experiências coletivas, em funções de liderança ou não, possibilitam reconhecimento e visibilidade às suas atividades, no geral menos divulgadas. A expressividade das mulheres líderes no campo da economia solidária, assim como a sua representatividade em setores tidos como masculinos, (des)contrói a idéia assimilada socialmente da superioridade masculina nas atividades laborais geradoras de renda. Como diz Vianna (1999:62), “As condições masculinas e femininas são, portanto, frutos de uma constante construção histórica marcada por muitas formas de apropriação – individual e coletiva – dos significados masculinos e femininos presentes na sociedade”. Diz também que: “As mulheres que conquistaram a autonomia através do trabalho assimilaram os modelos da cultura masculina, em parte submetendo-se a eles, mas também os transformando”. É isto que pode estar ocorrendo neste convívio, tão próximo no trabalho coletivo e solidário presentes na economia solidária.

Quebra-se também a idéia de que as atividades na economia solidária são muito próximas do trabalho comunitário, tido como território das mulheres. Como exposto acima, são atividades de trabalho coletivo e solidário, mas não assistencialistas, ao contrário, trata-se de atividades produtivas geradoras de renda, como cooperativas e outros empreendimentos coletivos autogeridos industriais e comerciais, com forte presença das mulheres, entretanto, não só de mulheres.

No caso dos Clubes de troca, onde as trocas são não-monetárias, a confiança e a reciprocidade, apreendidas nas relações familiares são extremamente importantes. Entretanto, isso vale tanto para homens como para mulheres. Estes seriam atributos mais característicos das mulheres? Não sei. O que se apreende é que, por ser uma esfera não-monetária torna-se menos visível e desvaloriza o trabalho das mulheres, embora não seja constituído só de mulheres.

Devemos também pensar, que a atuação das mulheres na economia solidária á partir das atividades geradoras de renda, abre a elas um campo para que se tornem proprietárias dos meios de produção, com as mesmas chances que os homens mediante a propriedade coletiva. A renda também é mais bem equacionada entre homens e mulheres, visto que a distribuição do excedente parte do princípio democrático de igualdade de direitos aos cooperados, independentemente do sexo. Nesse sentido, a economia solidária funciona como crítica a economia capitalista que se apropria da desigualdade de remuneração em vista do sexo. As estatísticas sempre demonstraram salários menores para mulheres em relação aos homens ao longo dos tempos. No cotidiano do trabalho, penso que as mulheres humanizam mais estas relações, entendendo melhor as faltas, atrasos ou outros problemas, pelo seu modo de ser ou por melhor entender que no geral, a mulher trabalhadora também tem uma jornada doméstica e outras responsabilidades com a família que estão invariavelmente sob sua responsabilidade.

Com a propriedade coletiva dos meios de produção, a economia solidária propõe o rompimento com a divisão social do trabalho, visto que une proprietários dos meios de produção e o trabalhador, une ou diminui a distância entre trabalho manual e intelectual á partir da gestão democrática e trabalho coletivo. Nesta relação não se coloca como estratégia, a divisão sexual do trabalho. As questões não se esgotam aqui, há muito ainda por questionar e investigar. Portanto, a economia solidária é um desafio num campo aberto de possibilidades.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. O **“Feminino Criador”**: **Socioeconomia Solidária e Educação**. Artigos e Histórias da Socioeconomia Solidária. Rio de Janeiro: PACS, 1998.

BLANCO, Marisa Revilla. El concepto de movimiento social: acción, identidad y sentido. **Zona Abierta**, n.69, 1994.

CULTI, Maria Nezilda. SÓCIOS DO SUOR: Cooperativas de Trabalho. In: **O Mundo do Trabalho e a Política**. Maringá: EDUEM, 2000.

_____. **El Cooperativismo Popular en Brasil: importância y representatividade**. In ANAIS do TERCER CONGRESO EUROPEO DE LATINOAMERICANISTAS:Ámsterdam/Holanda, 2002.

DUBAR, Claude. **A Socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. Porto, Porto Editora, 1997.

GAIGER, Luiz I.G. & Outros. **A Economia Solidária no RS: Viabilidade e Perspectivas**. Cadernos Cedope, São Leopoldo, UNISINOS, ano 10, n.15, 1999.

KRUPPA, Sonia M.P. & SANCHEZ, Fábio José B. Metodologia de Incubagem – uma tentativa de problematização, 2002, **Relatório Projeto Incubadores 2001(versão preliminar)**.

MELUCCI, Alberto. Movimentos Sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento – entrevista a Leonardo Vritzer e Timo Lyra. **Novos Estudos Cebrap**, n. 40, São Paulo, CEBRAP, 1994.

OCB. **Banco de Dados**, 2001 e 2002.

Projeto “Incubadores 2001”. **Banco de Dados**.

SCHNEIDER, José Odelso. O Panorama Mundial, Nacional e Estadual do Cooperativismo. In: **Perspectiva Econômica. São Leopoldo**, v.12, n.38, 1982.

SINGER, Paul; SOUZA, André R. de. **A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, Leiliane de. **Características Socioeconômicas das Artesãs da Associação dos Artesãos de Maringá**. Maringá, 2003. Monografia apresentada a Universidade Estadual de Maringá (Especialização em Desenvolvimento Econômico).

VIANNA, Claudia. **Os nós do nós: crise e perspectivas da ação coletiva docente em São Paulo**, São Paulo, Xamã, 1999.

YUNUS, Muhammad & JOLIS, Alan. **O banqueiro dos Pobres**. São Paulo, Ática, 2002.